



# Início da vida como questão divergente na bioética brasileira<sup>1</sup>

Beginning of life as divergent question  
in Brazilian bioethics

*Thiago Martins Monteiro\**

PUCPR

*Luana Florentino Fonseca\*\**

PUCPR

*Mário Antônio Sanches\*\*\**

PUCPR

Recebido em: 28/03/2024. Aceito em: 16/04/2024.

**Resumo:** O objetivo deste estudo consiste na caracterização antropológica das produções científicas brasileiras em bioética relacionadas à(s) antropologia(s) presente(s) nas publicações científicas, com ênfase na questão de início da vida. A questão norteadora da pesquisa: Qual a caracterização antropológica das produções científicas em bioética no Brasil? Da problemática estudada distinguiu-se a antropologia integral e restritiva atribuindo-se dignidade ou não a todos membros da espécie *Homo sapiens*. Os resultados apontam que, para a bioética, são relevantes as relações estabelecidas entre a chamada ética antropocêntrica e a compreensão de valor da dimensão bíos da vida, com ên-

\* Mestre em Bioética (Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018). Licenciado em Filosofia (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011).

E-mail: thiagomonteiorcc@gmail.com.

\*\* Mestranda em Bioética (Bioética (Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, andamento). Bacharel em Direito (FAE Centro Universitário, Curitiba, 2019).

E-mail: luanaflorentino@hotmail.com.

\*\*\* Doutor em Teologia (IEPG/EST, São Leopoldo, RS, 2001), pós-doutorado em Bioética (Universidad Pontificia de Comillas, Madrid, Espanha, 2011), professor titular da PUCPR.

E-mail: m.sanches@pucpr.br.

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.





*fase na qualidade de vida, por um lado, e a relação entre uma ética teocêntrica com valorização da dimensão zoe e a ênfase na sacralidade da vida, de outro. Concluiu-se a proeminência de indicadores de antropologia integral nos artigos e dissertações. Constatou-se também que há maior sintonia e consenso entre os autores estudados em relação às temáticas relacionadas com a terminalidade da vida e maior divergência entre os autores quando abordam temáticas relacionadas com o início da vida.*

**Palavras-chave:** *bioética; antropologia; dignidade; início da vida; fim da vida.*

**Abstract:** *The aim of this study is the anthropological characterization of the Brazilian scientific production in bioethics related to Anthropology present in scientific publications, with an emphasis on the question of beginning of life. The guiding question of research: what is the anthropological characterization of scientific productions in bioethics in Brazil? The problems studied distinguished integral and restrictive anthropology, by attributing dignity or not to all members of the species Homo sapiens. The results indicate that, for the bioethics, are relevant the relations established between the called anthropocentric ethic, understanding of the bios dimension of life with emphasis on quality of life, on the one hand, and the relationship between a theocentric ethics with appreciation of zoe dimension and emphasis on the sacredness of life, on the other. It was concluded the prominence of indicators of integral anthropology in articles and dissertations. It was noted also that there is greater harmony and consensus among the studied authors in relation do themes related to end of life, and greater divergence between the authors when dealing with topics related to the beginning of life.*

**Keywords:** *bioethics; anthropology; dignity; beginning of life; end of life.*

## 1 Introdução

A questão antropológica reporta a precedentes históricos complexos, sendo respondida por diversas áreas do conhecimento (Vaz, 1993), contudo ainda continuamos nos deparando com essa questão no século XXI. No campo da bioética, a problemática sobre a definição antropológica repercute nas suas diferentes escolas. Para Pellegrino (2006) os modelos bioéticos prescindem de uma antropologia, já Sgreccia (2002) reivindica, para esse novo campo de estudo, uma antropologia de referência, visando uma proposta integral de ser humano.

Todavia, antes do levantamento de dados, precisa-se investigar a questão: o que é vida? Esta questão é importante por ser essencial a todos os seres vivos e indispensável na compreensão de bioética. A etimologia dos termos *zoé* e *bios* na origem grega e *vita* na origem latina proporcionam a compreensão da problemática atual perpassando visões distintas de modelos bioéticos. Para tanto é indispensável além da definição antropológica, também a definição, demarcação de limites



e a valoração da vida em vista de identificar antropologias com ênfase em *zoé* ou em *bíos*.

Diante da problemática estudada propõem-se que antropologias que enfatizam *zoé* permitem atribuir igual dignidade a todos os membros da espécie *Homo sapiens*, e que as que enfatizam *bíos* atribuem dignidade apenas a membros da espécie humana que sejam detentores de alguns atributos, dentre eles, consciência e autoconsciência. Desse modo, o presente estudo referir-se-á constantemente a indicadores antropológicos se referindo à primeira de antropologia integral e à segunda de restritiva.

A questão norteadora dessa pesquisa inicialmente foi: Qual a caracterização antropológica – com ênfase no início da vida – das produções científicas em bioética no Brasil? A hipótese é que, em sua ampla maioria, as produções científicas nacionais demonstram indicadores de uma antropologia integral em relação às categorias de seres humanos, ciente que há bioeticistas expoentes que se utilizam de indicadores de antropologia restritiva em relação a algumas categorias de seres humanos. Esse estudo tem sua relevância por identificar e elucidar nas produções científicas em bioética por meio de análise de dados os conceitos de pessoa humana, dignidade humana e vulnerabilidade, relacionando às questões de bioética e antropologia, tendo em vista a caracterização antropológica das produções científicas em bioética no Brasil.

Para a compreensão da(s) antropologia(s) presentes nos trabalhos acadêmicos, utilizar-se-á também a distinção didática realizada pelo autor Leo Pessini (2010) que faz a distinção entre duas tendências, a(s) antropologia(s) teocêntrica(s) centram sua autoridade moral, na resolução dos conflitos morais, numa autoridade superior, transcendente, metafísica, de onde as decisões devem estar em consonância com tal autoridade moral. Em contrapartida, a(s) antropocêntrica(s) centram sua autoridade moral no próprio ser humano, na sua própria racionalidade.

Por fim, este artigo tem como objetivo identificar na literatura em bioética no Brasil o tipo de antropologia presente e se há alguma tendência dominante. Deste modo o artigo caracteriza os modelos de antropologia propostos, faz o levantamento de dados em artigos e dissertações de mestrado de bioética e uma análise dos resultados. Esta pesquisa parte portanto de compreensões antropológicas existentes, abaixo expostas sumariamente. Trata-se, portanto, de uma pesquisa realizada mediante a revisão de literatura e análise de dissertações de Mestrado de bioética no Brasil.



## 2 Conceituação do termo ‘vida’

Pesquisar uma compreensão adequada do termo ‘vida’ é fundamental no contexto bioético, dado que a valoração da vida é o núcleo central deste novo campo de estudo. Por isso, antes da pergunta inicial: o que é o ser humano? Precisariamos indagar e responder sobre uma questão que abarca todos os seres vivos, a saber: o que é vida? Indagar acerca do significado e valor da vida torna-se imprescindível para a bioética, visto que é uma questão inerente a este campo do conhecimento.

Ao pesquisar a gênese do termo ‘vida’, encontra-se os termos *zoé* e *bíos*, de origem grega, e *vita* de origem latina. Nota-se que a problemática atual pode ser abordada por meio da análise etimológica e do esclarecimento conceitual destes termos, pois perpassam modelos atuais de bioéticos distintos, com propostas divergentes e características de indicadores de inclusão ou restrição de alguns seres humanos, como observa-se abaixo. Portanto, para além da definição antropológica é indispensável a definição, demarcação e valoração da vida.

O termo ‘vida’ em sua gênese etimológica remete ao idioma grego nas palavras *bíos* e *zoé*, distintas semanticamente. *Bíos*, ou vida especificamente humana, isto é, a forma de vida que possui características simbólicas, morais e políticas, remete à história da pessoa, sua ‘biografia’. *Zoé* é a vida orgânica em princípio comum a todos os seres vivos. Os gregos atribuíam a forma de vida propriamente humana ao termo *bíos* e a qualquer tipo de vida, humana ou não, ao termo *zoé*. Partindo da conceituação sistemática proposta por Aristóteles, os gregos distinguiam por considerarem o ser humano para além do aspecto corpóreo, dos atributos da comunicação, da competência moral e política para viver como cidadão e membro da pólis.

Na gênese latina *vita* (vida) unifica em um único termo duas palavras semanticamente distintas da língua grega. Vejamos:

*O termo vita apresenta a vantagem cognitiva de destacar o que une todos os seres vivos (digamos, da bactéria ao homem), tem também a consequência de não permitir distinguir a bactéria do homem, razão pela qual foi necessário adjetivar o termo, como em “vida biológica”, “vida psíquica”, “vida social”, “vida moral” etc. (Schramm, 2009, p. 380).*

Segundo Schramm (2009) a distinção entre *zoé* e *bíos* aplicada aos seres humanos, possibilita declará-los tanto como membros da espécie



biológica *Homo sapiens* quanto como cidadãos ou pessoas, ou seja, como seres biológicos (ou “naturais”) e como seres que transcendem, em suas vidas cognitivas, morais e políticas, sua condição de seres “zoológicos” submetidos às leis naturais, para se tornarem seres “biológicos” autônomos, com biografia e responsáveis por seus atos ou práxis.

Atualmente a adoção do conceito ‘vida’ em bioética tornou-se um termo controverso e fruto de embates por conta de dois princípios frontalmente opostos:

*O princípio da sacralidade da vida (PSV), que considera a vida humana indisponível para o sujeito daquela vida específica, devendo-se, portanto, respeitar o assim chamado finalismo intrínseco da natureza ou os desígnios divinos sem tentar opor-se; e o princípio da qualidade da vida (PQV), que, ao contrário, considera legítima qualquer intervenção na vida humana, desde que isso implique em redução do sofrimento evitável e em maior/melhor bem-estar para os sujeitos objeto da intervenção, desde que estejam de acordo que isso aconteça com eles e que o fato não acarrete danos significativos a terceiros (Schramm, 2009, p. 377).*

Se percebe claramente que a defesa da sacralidade da vida se aproxima mais da ênfase *zoé*, ou seja, de uma antropologia integral – todos humanos com igual valor, enquanto a defesa da qualidade de vida, remete à ênfase em *bíos* e a uma antropologia restritiva – alguns humanos têm o mesmo valor.

Conforme Sgreccia (2002) em oposição ao conceito de ‘sacralidade da vida’ é forjado no interior da bioética sob essas diretrizes o conceito de ‘qualidade de vida’ (*Quality of life*). Este está calcado em fatores avaliativos biológicos ou econômicos, dado que cada caso é avaliado e verifica-se os custos para o tratamento do paciente, as possibilidades de recuperação, entre outros. Nessa vertente utilitarista categorias de pacientes foram estipuladas conforme suas determinadas doenças o que, segundo Sgreccia (2002), tornaria mais controverso a comparação de enunciados sem homogeneidade: saúde e produtividade, por parte do paciente, terapia ou intervenções, recursos financeiros disponíveis, entre outros.

Segundo Schramm (2009) a distinção dos termos gregos reaparecerá e terá aprofundamento por meio dos estudiosos, quando esboçadas como diretrizes da bioética:



*a baseada no “princípio da sacralidade da vida” (defendida, sobretudo, pelos autodenominados “pró-vida”, (pro-life); e a baseada no “princípio da qualidade da vida”, essencialmente laica e secular, defendida pelos autodenominados “pró-escolha” (pro-choice) (Schramm, 2009, 386).*

### 3 Visão antropológica restritiva: nem todo humano é pessoa

Engelhardt (2004) afirma, quando analisa as bases intelectuais da bioética na sua obra *The Foundations of Bioethics* de 1986, que as disparidades e controvérsias morais no globo são evidentes e inconciliáveis, embora reconheça que os erros conceituais e compreensões equivocadas acerca do mundo possivelmente seriam solucionadas mediante ao esclarecimento e investigação conceitual. Para ele, no mundo globalizado a pluralidade moral tornaria inviável qualquer possibilidade de consenso moral ou de uma moralidade comum universal como proposta por Beauchamp e Childress, que foram os propositores da Bioética Principlista.

Engelhardt (2004), para elucidar e demonstrar as motivações das relações humanas numa determinada sociedade, identifica dois conceitos: ‘amigos morais’ e ‘estranhos morais’. Os ‘amigos morais’ são aqueles que comungam de uma moralidade essencial comum, de modo a resolverem os conflitos morais por meio de argumentos saudáveis recorrendo a autoridade moral reconhecida. Pessoas que vivem em sociedades, ou grupos sociais homogêneos, tornam-se, mais facilmente amigos morais. Por sua vez, os ‘estranhos morais’ seriam aqueles que, ao não comungar de uma moralidade essencial comum, necessitam construir acordo para resolver conflitos morais. Pessoas que vivem em sociedade plurais, como a presente na maioria dos países ocidentais, se enquadram mais facilmente na categoria de estranhos morais, pois vivem em espaços comuns, mas não tem a mesma visão moral.

Deste modo, Engelhardt afirma, nas sociedades ocidentais, a impossibilidade de reconhecimento racional e intelectual de uma única verdade, uma moralidade única, pois envolveria a ética/moral e valores de cada indivíduo e de sua comunidade. Por conta dessa pluralidade ética torna-se inviável as bases universais de uma bioética secular universal. Entretanto, o autor estadunidense reivindica um modelo procedimental-contratual como fundamento para a bioética e suas questões prático-morais. O contrato ocorreria conforme a ‘permissão’, consentimento



e interesse dos participantes, a exemplo das relações médico-paciente incorporadas por este modelo (Engelhardt, 2004).

O autor texano conceitualmente realiza uma significativa dissociação dos conceitos de ‘pessoa’ e ‘ser humano’ e defende que o ‘ser humano’ não é detentor de direitos, por não ser ‘pessoa humana’, cabendo a esta a capacidade de ‘permissão’, autonomia, racionalidade e da manifestação de suas escolhas de modo livre e esclarecido. Dessa forma, só o ‘humano pessoa’ pertenceria à comunidade moral plenamente. Esta afirmativa implica propositalmente na exclusão da esfera moral de alguns seres humanos (feto, embrião, os senis, os comatosos ou os mentalmente incapazes) por não estarem qualificados para o exercício da autonomia. Embora não negue que esses humanos pertençam à espécie humana e que mereçam o respeito e cuidado quando necessário, mas não teriam a possibilidade de expressar sua ‘permissão’ e autonomia, critérios indispensáveis para o bioeticista.

Singer (1994) em sua proposta (Bio)ética, de cunho utilitarista, já havia postulado, antes de Engelhardt, o ‘princípio de igual consideração de interesses’ para todos os seres sencientes, incluindo alguns tipos de animais. Considera que ambos os seres se orientam por princípios utilitaristas: buscam o prazer e evitam a dor e o sofrimento. O autor reconhece como uma atitude arbitrária, racista e especista aqueles que consideram a dor humana superior ou de mais valor que a de alguns animais. Embora o autor reconheça as diferenças de graus de dor e sofrimento.

Na reformulação do utilitarismo esse princípio mínimo se constitui para além das condições necessárias a sensação de prazer e de se evitar a dor, mas do desenvolvimento das próprias capacidades e satisfação das necessidades básicas desfrutando das relações interpessoais e liberdade. Essa proposta de ‘igual consideração de interesses’ visa alargar as exigências morais para além dos seres humanos e a contemplar os seres sencientes (Singer, 1994). Desse modo, a proposta do autor consiste em considerar nas nossas deliberações morais o “mesmo peso” aos interesses semelhantes de todos os que possam ser atingidos por nossos atos (Singer, 1994).

Segundo Singer (1994) a distinção entre os conceitos de ‘ser humano’ e ‘pessoa’ possibilitam a justificação moral em legitimar a morte de alguns humanos, reconhecidamente membro da espécie *Homo sapiens*, mas não portador de características que o definem como pessoa.



Ademais, vale ressaltar, que embora o autor australiano defenda uma proposta controversa para alguns, considerada imoral e ou insensível, Singer resalta que negar o direito à vida a um ser ‘não pessoa’ não o exclui totalmente da esfera moral. Todavia, consolida-se assim o que chamamos de antropologia restritiva, pois o direito à vida passa a ser restrito aos ‘humanos pessoas’:

*Um ser que não seja uma pessoa não tem o mesmo interesse desta em continuar a viver até o futuro, porém ainda tem interesse em não sofrer e em derivar prazer da satisfação de suas necessidades. Como nem um recém-nascido humano nem um peixe são uma pessoa, o erro de matar esses seres não é tão grave quanto o erro de matar uma pessoa. Mas isso não significa que devemos deixar de lado a necessidade que tem um bebê de ser alimentado, de manter-se aquecido e protegido e de não sofrer, enquanto durar sua vida (Singer, 1994, p. 78).*

Deste modo, embora este bioeticista pondere que a distinção de ‘ser humano’ e ‘pessoa’ não legitima a exclusão da esfera moral aos indivíduos ‘não-pessoas’, esta postura não garante o direito à vida – valor fundamental – a todos os humanos do mesmo modo. Evidentemente que estas teses filosóficas impactaram, principalmente, na defesa ou não da dignidade de embriões e fetos, ou seja, são teses com implicações óbvias na questão de valor da vida humana no seu início.

#### 4 Visão antropológica integral: todo humano é pessoa

O modelo bioético denominado personalismo – que estabelece diálogo com a tradição cristã – é proposto por muitos bioeticistas, dentre eles o italiano Sgreccia (2002), o núcleo central desse referencial teórico consiste no conceito de ‘pessoa’, encarada como unitotalidade (corpo/espírito) do ser e fonte dos demais valores. Nessa proposta os conceitos de ‘ser humano’ e ‘pessoa’ são indissociáveis. Desde a fecundação (feto, embrião) o ser humano é pessoa e portador de todos os direitos, em especial, o direito à vida, mesmo na impossibilidade de expressar sua autonomia, sua racionalidade ou manifestar suas vontades. Isto implica em não desqualificar um ser humano devido às restrições ou limitações históricas ou individuais, dado que todos pertencem à espécie *Homo sapiens*. Portanto, atribui-se a dignidade humana a todos os seres humanos, independentemente de sua consciência e autoconsciência, pois



para o personalismo todo ser humano se constitui como pessoa ao ser chamado à vida pelo Criador.

O ato divino de chamar um ser humano à existência, e chamá-lo ao relacionamento, é único, ou seja, Deus não chama à existência num ato, e num segundo ato ao relacionamento. Como a dignidade humana é, portanto, dada por Deus ao chamar o ser humano a um relacionamento ímpar, a dignidade humana é plenamente dada por Deus, no momento em que este ser é chamado à existência como membro da espécie *Homo sapiens*, este momento especial, irreversível, pelos conhecimentos da biologia atual, se dá no momento em que um espermatozoide no encontro com um óvulo realiza a fecundação (Bolzan, 1998, p. 17).

Esta afirmativa, evidentemente, não decorre de observações históricas, mas de um princípio e uma postura *a priori*, transcendente, metafísica: “A verdade do ser humano é aquela que ele tem em Deus. Isto é a pessoa” (Bertuletti, 1995, p. 121). A realidade moral do ser humano decorre exatamente de sua especial relação com um Deus pessoal. A própria situação psíquica humana decorre dessa prerrogativa inicial. Dentro desse pressuposto pode-se dizer que não são as condições psíquicas ou culturais do ser humano que lhe dão valor, mas ao contrário, é a própria existência diferenciada do humano em relação a Deus que dá dignidade às condições psíquicas e culturais dos seres humanos, como fica explícito na afirmação de Tettamanzi: “Pessoa significa capacidade de autodomínio e de responsabilidade pessoal, a viver na verdade e na ordem moral. A pessoa não é um elemento de ordem psicológica, mas existencial” (Tettamanzi, 1987, p. 35).

Em bioética, o personalismo propõe também uma releitura do principialismo à luz de uma antropologia personalista que fundamente o principialismo e almeje ao bem integral da pessoa. Propõe princípios e uma hierarquia: Princípio de defesa da vida física, princípio de liberdade e de responsabilidade, princípio de totalidade ou terapêutico e o princípio de socialidade e de subsidiariedade. Segundo Sgreccia: “do princípio de benefício, passar-se-ia ao princípio de autonomia e, depois, ao de justiça (no caso de surgimento de um conflito na aplicação do princípio precedente)” (Sgreccia, 2002, p. 157-166). Os pontos fortes desse modelo teórico se fundam em base teórica consistente, visão integral da pessoa humana, visa ao bem da pessoa e não reduz o ser humano aos aspectos biológicos, psicológicos, políticos, sociais, entre outros.



## 5 Material e método

Esta pesquisa descritiva realizada mediante a revisão integrativa da literatura e análise de dissertações de Mestrado de bioética no Brasil consistiu no procedimento operacional nas seguintes etapas de identificação do(s) tema(s) e elaboração da questão norteadora deste estudo. Foram determinados critérios de inclusão e exclusão de estudos na literatura, definida as informações a serem extraídas, a categorização/conceitualização dos principais termos-chaves relacionados ao tema contemplado, a avaliação e a interpretação adequada dos estudos incluídos nesta revisão integrativa e análise, objetivando à apresentação do panorama teórico/conceitual das produções científicas.

Com o intuito da melhor visualização e apreensão dos dados e categorização das publicações científicas foi utilizado um instrumento contendo os seguintes itens: modalidade de estudo, fonte e ano de publicação, área ou campo de estudo, autor(a), título do artigo, descritores, fonte de dados, objetivos e conclusão.

O estudo foi constituído por 34 artigos publicados em revistas brasileiras de autores nacionais em língua portuguesa relacionados aos temas da investigação. Desse universo, 15 artigos compuseram a amostra, considerado os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, isto é, sob os critérios de inclusão: artigos, em língua portuguesa, provenientes dos descritores “Bioética” e “Antropologia” em bases de dados do Google Acadêmico, de autores nacionais e que trataram de conceitos como de pessoa humana, dignidade humana e vulnerabilidade relacionados a bioética e antropologia. Critério de exclusão: artigos científicos sem a devida tratativa em seus trabalhos acerca dos descritores acima indicados

Para a análise das dissertações de Mestrado em bioética no Brasil são fontes de pesquisa os sites que disponibilizam as dissertações de Mestrado dos Programas de Pós-Graduação em bioética do Brasil. Foram selecionadas 12 dissertações. Importante destacar o número reduzido de programas de pós-graduação em bioética no país e a dificuldade encontrada para acessar as dissertações de alguns Programas. A análise de dados foi feita por meio de pesquisa qualitativa, tendo por suporte metodológico o *software* ATLAS.ti 8, mediante a revisão integrativa que permitiu a utilização destas ferramentas (Saldaña, 2013; Souza, 2010).



Na sequência serão expostos os resultados da revisão integrativa e qualitativa dos artigos científicos e a análise das dissertações de mestrado e, concomitantemente, serão feitas as discussões consideradas pertinentes.

## 6 Resultados e discussão

Tendo por base os referenciais teóricos bioéticos acima, de autores expoentes com propostas antropológicas distintas em bioética adentramos nos resultados extraídos das publicações científicas (artigos e dissertações de mestrado) e das discussões que emergiram das abordagens nas produções.

Este estudo foi constituído por 27 produções, sendo 15 artigos científicos e 12 dissertações de mestrado em bioética<sup>2</sup>, publicações devidamente selecionadas que trataram dos assuntos relacionados à bioética conforme os temas de investigação proposto por esta pesquisa.

Para análise de dados foram utilizados os seguintes termos: Antropologia; Dignidade humana; Vulnerabilidade; Relação/valorização da vida/viver e morte/morrer; Biotecnologia/tecnociência e medicina; Sociedade/capitalismo/trabalho e cidadania; Indicadores de antropologia integral e Indicadores de antropologia restritiva. Os termos elaborados são oriundos dos próprios objetivos do presente trabalho, mas também, emergiram da leitura e releitura dos artigos e dissertações na íntegra e da própria análise de dados realizada por meio do *software*. Dos 15 artigos, 5 (34%) são da autoria de mulheres e 10 (66%) são da autoria de homens, não foi estipulada cronologia temporal para a pesquisa, mas os artigos da amostra datam de 1995 a 2019. Das 12 dissertações, 8 (67%) são da autoria de mulheres e 4 (33%) são da autoria de homens, as produções da amostra datam de 2010 a 2019. No total, das 27 produções (artigos e dissertações) cerca de 13 (49%) das produções são da autoria de mulheres e 14 (51%) da autoria de homens.

Constatou-se uma proeminência de indicadores de uma antropologia integral, isto é, que atribuem igual dignidade a todos os membros da espécie humana, nas produções científicas dos autores nacionais em bioética, na tratativa das temáticas relacionadas ao início e término da vida e a defesa do ser humano. Destaca-se críticas acentuadas aos

<sup>2</sup> A lista das dissertações analisadas está após as referências.



bioeticistas expoentes no cenário internacional de reconhecida postura restritiva a alguns seres humanos na dissociação dos conceitos de ser humano e pessoa, especialmente, nos autores Engelhardt e Singer. Em contraponto aparece mais a defesa de autores como E. Sgreccia, E. Pellegrino, L. Pessini, entre outros, com propostas que apresentam indicadores de uma antropologia integral (Pessini, 2011; Pontes, 2007).

Todavia, na revisão dos artigos científicos, constatou-se, relacionados às temáticas do ‘início da vida’, uma expressiva divergência teórica de bioeticistas expoentes e seus respectivos modelos bioéticos em relação a antropologia integral ou restritiva. Notou-se claramente que a questão do início da vida divide a área da bioética no Brasil. Em contrapartida, nos temas relacionados à ‘terminalidade da vida’, apresentou-se maior convergência mesmo entre os modelos bioéticos frontalmente opostos.

Por outro lado, na análise das dissertações de mestrado em bioética a hipótese de trabalho foi corroborada constatando a proeminência de indicadores de uma antropologia integral, isto é, que atribuem igual dignidade a todos os membros da espécie humana. Evidenciou-se certa convergência teórica de modelos bioéticos nos temas relacionados à terminalidade da vida, apresentando certa convergência de modelos bioéticos (Almeida, 2015; Tomasiak, 2015).

Portanto, nota-se, nesta pesquisa realizada em 27 produções científicas, que há uma nítida divergência teórica acerca de temas relacionados ao início da vida, com modelos bioéticos frontalmente opostos a respeito da temática. Em contrapartida evidenciou-se uma singular convergência destes modelos bioéticos utilizados pelos autores nacionais acerca de temas relacionados aos cuidados em saúde na terminalidade da vida.

A amostragem dos artigos brasileiros (1995 a 2019) é uma das limitações e refletem as temáticas que são decorrentes dos conflitos morais causados pelos avanços biotecnocientíficos no período estudado. No tocante à amostragem das dissertações de mestrado em bioética que datam de 2010 a 2019, destacam-se os temas relacionados: terminalidade da vida, prolongamento da vida, cuidados paliativos, vulnerabilidade, entre outros, frutos também da época analisada.

## 7 Considerações finais

Evidenciou-se nesta pesquisa que a questão antropológica: o que é o ser humano? Suas implicações e consequências causam impacto



também na bioética e que o termo ‘vida’, se constitui como núcleo central deste campo do conhecimento, seja em relação ao início e ou terminalidade da vida, enquanto definição, demarcação e valoração. A compreensão da questão central antropológica perpassa a relação e valoração da vida/viver e morte/morrer devido a ‘descoberta’ da finalidade e do sentido (biológico ou metafísico) da vida e, principalmente, da própria morte, nos reporta à percepção do valor relacionado a ambas.

Verificou-se nos autores nacionais a preocupação na abordagem de suas produções para com as questões de cunho antropológico – passando conceitos como os de pessoa humana, dignidade humana e vulnerabilidade. Nota-se que na questão de início da vida há a presença de estudos que parte de uma antropologia restritiva, mas predomina, no Brasil, uma antropologia integral na área de bioética.

Esta pesquisa veio a corroborar a hipótese de trabalho de que as produções científicas, em sua ampla maioria, apresentam indicadores de uma antropologia integral em relação às categorias de seres humanos. Portanto, concluiu-se a proeminência destes indicadores nos artigos brasileiros e nas dissertações de mestrado em bioética nacionais.

Entretanto, constatou-se divergências teórica nos artigos científicos acerca dos conceitos de pessoa humana, dignidade humana e vulnerabilidade, utilizados nas temáticas relacionadas ao início da vida por meio de modelos de análise teórica bioética frontalmente opostos, como exemplos: o utilitarismo e o personalismo.

Em relação às dissertações de mestrado em bioética nacionais, demonstrou-se maior convergência de modelos bioéticos contrastantes como, por exemplo, do utilitarismo e do personalismo, acerca de questões sobre cuidados em saúde na terminalidade da vida. Compreendeu-se que os autores nacionais lidam para além dos referenciais bioéticos, lançando mão também dos aspectos jurídicos, deontológicos, políticos, e outros aspectos que permeiam a realidade brasileira.

Portanto pode-se afirmar que na bioética brasileira predominam os indicadores de uma antropologia integral, mesmo quando grandes teóricos da bioética militam a favor de uma antropologia restritiva. Isso ocorre, talvez, devido a própria realidade brasileira possuir uma ‘cultura’ inclusiva, protetiva e de direitos em relação aos seres humanos, especialmente, os vulneráveis.



Contudo, pondera-se que as afirmativas das divergências e convergências teórico-práticas demonstradas nesta pesquisa apresentam temáticas de acordo com sua época – e refletem apenas o período estudado. Devido às transformações da sociedade atual, indaga-se sobre quais serão os temas e preocupações nas próximas décadas e quais seriam as questões geradoras de controvérsias causadoras de impacto e reflexão nos próximos debates bioéticos. Assim não é possível afirmar que serão mantidas as convergências e divergências atuais nas configurações temáticas na bioética vindoura.

## Referências

BERTULETTI, A. Il concetto di persona e il sapere teologico. *In: Teologia: revista della facoltà teologica dell'Italia Settentrionale*, Anno XX, n. 2, Giugno 1995. Milano: Glossa, 1995.

BOLZAN, A. D. *Reprodução assistida e dignidade humana*. São Paulo: Paulinas, 1998. p. 89.

ENGELHARDT JR, H. T. *Fundamentos da bioética*. Trad. José A. Ceschin. 2. ed. São Paulo: Loyola; 2004.

LEPARGNEUR, H. Bioética e conceito de pessoa: esclarecimentos. *Perspectiva Teológica*, [S. l.], v. 27, n. 72, p. 223, 1995. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1452>. Acesso em: 10 maio 2017.

PELLEGRINO, E. D. Toward a Richer Bioethics: A conclusion. *In: TAYLOR, Carol R.; DALL'ORO ROBERTO (ed.). Heath Human Flourishing: Religion, Medicine and Moral Phylosophy*. Geogertown University Press, Washington D. C., 2006. p. 247-269.

PESSINI, L.; SIQUEIRA, J. E. D.; HOSSNE, W.S. (org.). *Bioética em tempo de incertezas*. São Paulo: Loyola; 2010.

PESSINI, L. Qual antropologia para fundamentar a bioética no âmbito tecnocientífico? *Teocomunicação*, Porto Alegre [online]. 2011, v. 41, n. 2, p. 243-252, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/9757>. Acesso em: 4 abr. 2017.

PONTES, A. C.; ESPÍNDULA, J. A.; VALLE, E. R. M. D.; SANTOS, M. D. Bioética e profissionais de saúde: algumas reflexões. *Rev Bioethikos* (online). 2007. 1(1):68-75. Disponível em: <https://www.legale>.



com.br/uploads/675c8c722a68777cc1e629e36dac548b.pdf. Acesso em: 25 maio 2017.

SALDAÑA, J. *The Coding Manual of Qualitative Researchers*. 2. ed. Los Angeles: Sage, 2013.

SCHRAMM, F. R. O uso problemático do conceito vida em bioética e suas interfaces com a práxis biopolítica e os dispositivos de biopoder. *Revista Bioética*, (online), 2009, 17 (3): 377-389. Disponível em: [http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/505/506](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/505/506). Acesso em: 19 out. 2016.

SGRECCIA, E. *Manual de bioética*. I – Fundamentos e ética biomédica. Tradução de Orlando Soares Moreira. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SINGER, P. A. D. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

TETTAMANZI, D. *Bioetica, nuove sfide per l'uomo*. Casale Monferrato: Piemme, 1987.

VAZ, H. C. L. *Antropologia filosófica* I. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

### Dissertações

ALMEIDA, M. H. D. *Cuidados paliativos pediátricos: Cuidados paliativos neonatais*. Bioética. Formação médica. Dissertação de Mestrado em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), 2015.

BERNARDES, L. C. G. *Bioética, deficiência e políticas públicas: percepção de gestores públicos e defensores de direitos*. Dissertação de Mestrado em Bioética da Universidade de Brasília (UnB), 2011.

BERTINATO, C. B. *A contribuição da bioética deliberativa de Diego Gracia para o processo de elaboração das diretivas antecipadas de vontade*. Dissertação de Mestrado em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), 2017.

BUZQUIA, S. P. *Ética do cuidado e bioética de proteção como bases para a implementação da Política Nacional de Humanização*. Dissertação de Mestrado em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), 2017.

FERRAZ, F. H. R. P. *Vulnerabilidade no acesso ao tratamento dialítico no Brasil: uma análise bioética*. Dissertação de Mestrado em Bioética da Universidade de Brasília (UnB), 2015.



FULGÊNCIO, C. A. *A bioética de intervenção e a justiça social*. Dissertação de Mestrado em Bioética da Universidade de Brasília (UnB), 2013.

MANNES, M. *Vulnerabilidade moral: uma proposta de fundamentação teórica em bioética na perspectiva Latino Americana*. Dissertação de Mestrado em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), 2016.

SILVA, L. E. S. D. *A relação dos profissionais da saúde e responsáveis com os adolescentes portadores de câncer: acolhimento, cuidado e autonomia*. Dissertação de Mestrado em Bioética da Universidade de Brasília (UnB), 2012.

REIS, M. R. *Cuidados paliativos e equipes multidisciplinares: um estudo em terapia intensiva em um hospital de Curitiba*. Dissertação de Mestrado em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), 2016.

SILVA, L. F. A. *Dignidade e finitude da vida: estudo bioético do trabalho dos fisioterapeutas em cuidados domiciliares a pacientes terminais*. Dissertação de Mestrado em Bioética da Universidade de Brasília (UnB), 2010.

SILVA, R. A. *Violência obstétrica à luz da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos: percepção dos estudantes da área da saúde*. Dissertação de Mestrado em Bioética da Universidade de Brasília (UnB), 2017.

TOMASIAK, F. D. C. S. *Alimentação do paciente oncológico no fim da vida: uma questão bioética*. Dissertação de Mestrado em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), 2015.